

# Brasil

## Infra-estrutura Reunião de Lula com setor elétrico afasta risco imediato de falta de energia, mas define medidas

# Cúpula do governo age para evitar “apagão”

Paulo de Tarso Lyra  
De De Brasília

A cúpula energética do governo afastou, em reunião na noite de segunda, o risco de um apagão no país — seja de gás natural, seja de energia elétrica. Mas começa a planejar o futuro para que não se repitam, ao término da seca do ano que vem, os problemas de abastecimento de gás verificados no Rio e em São Paulo na semana passada. Lula comandou uma reunião na noite de segunda no Planalto e vai participar na quinta do Conselho de Política Energética (CNPE), na sede da Petrobras, no Rio.

Ontem, a Petrobras já negociava novos investimentos na Bolívia. O presidente da estatal, José Sérgio Gabrieli, confirmou à noi-

te, depois de um dia de reuniões com autoridades bolivianas, a intenção da empresa de avaliar novos investimentos no país para aumentar a produção de gás. “Uma nova relação está começando”, afirmou. O aumento da produção de gás não significa, entretanto, que todo o volume a mais produzido será exclusivamente exportado para o Brasil.

Além dos investimentos contidos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o governo estuda duas medidas para evitar desabastecimento na produção de gás. A primeira seria adaptar as térmicas da Petrobras para que elas se tornem bicomustíveis (utilizando tanto o gás quanto o diesel). Segundo fontes do governo, a maior parte delas é dependente exclusi-

vamente do gás. A outra seria intensificar a importação de gás líquidofeito de Angola. O transporte seria feito de navio e, no Brasil, armazenado. Quando houver a necessidade de utilização, o gás seria “regaseificado” para consumo industrial e individual. A primeira planta para regaseificação já ficará pronta em 2008.

O governo também não descarta, em casos de necessidade, utilizar o diesel como combustível, mesmo sabendo que esta é uma matriz mais cara e suja (poluente).

No encontro, além de Lula, estavam presentes a chefe da Casa Civil, Dilma Roussef; o ministro interino de Minas e Energia, Nelson Hubner; o presidente da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Haroldo Lima; o presidente da Petro-

bras, Sérgio Gabrieli; o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman; o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tomazquim e o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema (ONS), Hermes Chipp.

A reunião serviu para uma avaliação da crise da semana passada. Foi ponderado que a Petrobras não tem como estocar por 340, 350 dias por ano, o gás que produz e o que importa da Bolívia. Existe um termo de compromisso entre a estatal e a Aneel obrigando a primeira a “atender as térmicas” toda vez que o operador do sistema entender que o nível dos reservatórios hidrelétricos atinja níveis perigosos para o abastecimento (análise que varia de região para região).

Como isso só acontece, normalmente, no término do período de secas, trata-se de um intervalo diminuto — de 10 a 15 dias anuais.

A Petrobras, então, estabelece contratos de fornecimento contínuo para grandes clientes e, para outros, deixa claro que, em casos de necessidade — abastecimento das térmicas, por exemplo — pode interromper o fornecimento para atender às térmicas. “Só que, por duas vezes, a Petrobras descumpriu a legislação e foi multada pela Aneel”, afirmou um ministro.

Na semana passada, a Petrobras recebeu notificação da ONS e suspendeu a distribuição de parte do para a Comgás e a CEG-Rio. No Rio, faltou gás para indústrias e taxistas. Em São Paulo, para algumas empresas.

Apesar do cenário favorável de futuro, o governo vê com bons olhos a retomada do diálogo com a Bolívia. Lula e o presidente Evo Morales vão encontrar-se em La Paz no dia 12 de dezembro, mas antes disso, no próximo sábado, depois de reunião de cúpula de presidentes ibero-americanos, no Chile, terão um encontro que se prevê prolongado. “A Bolívia precisa vender sua produção de gás e nós não podemos ser ingênuos: precisamos do gás boliviano”, informou um ministro.

O movimento político também é considerado emblemático pelo Planalto. “A estratégia de não “chutar a porta” quando a Bolívia nacionalizou suas reservas, no ano passado, mostrou-se acertada.